

NORMAS PARA A CATALOGAÇÃO DE LIVROS RAROS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS ATUAIS A PARTIR DO SURGIMENTO DO RDA

Marcia Carvalho Rodrigues

 <http://lattes.cnpq.br/8855394341787842> –  <https://orcid.org/0000-0001-9132-0795>

marciarodriguesfurg@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

Este trabalho aborda a história da catalogação de livros raros, discorrendo sobre a criação de normas e padrões para a catalogação desde a década de 1960 até os dias atuais. A pesquisa buscou conhecer a história da catalogação de livros raros e analisar o seu contexto atual do surgimento do RDA, até o desenvolvimento do DCRMR. A metodologia adotada apresenta abordagem qualitativa, baseou-se em revisão bibliográfica e documental e incluiu um levantamento da produção científica sobre o tema, realizado a partir de cinco bases de dados: Portal Periódicos CAPES, SciELO, BD TD, BRAPI e e-LIS. O levantamento bibliográfico permitiu observar a escassa produção bibliográfica sobre o assunto: recuperou-se 46 textos, dos quais 10 foram selecionados para análise. A leitura analítica dos textos possibilitou compreender a importância do RDA como um marco na transição para um padrão mais atualizado e global de catalogação, e a preocupação em desenvolver um padrão único que abranja livros raros. Conclui-se que o surgimento do RDA trouxe a expectativa de convergência para um único código de catalogação que dê conta das especificidades dos livros raros; e que o Brasil carece de traduções de normas de catalogação de livros raros, bem como de discussões sobre a temática.

Palavras-chave: Livros raros. Catalogação. RDA. DCRM.

STANDARDS FOR CATALOGING RARE BOOKS:

HISTORICAL EVOLUTION AND CURRENT PERSPECTIVES SINCE THE EMERGENCE OF RDA

ABSTRACT

This paper addresses the history of rare book cataloging, discussing the creation of norms and standards for cataloging from the 1960s to the present day. The research sought to understand the history of rare book cataloging and analyze its current context from the emergence of RDA to the development of DCRMR. The methodology adopted presents a qualitative approach, was based on a bibliographic and documentary review and included a survey of scientific production on the subject, carried out from five databases: Portal Periódicos CAPES, SciELO, BD TD, BRAPI and e-LIS. The bibliographic survey allowed us to observe the scarce bibliographic production on the subject: 46 texts were recovered, of which 10 were selected for analysis. The analytical reading of the texts made it possible to understand the importance of RDA as a milestone in the transition to a more updated and global cataloging standard, and the concern to develop a single standard that covers rare books. It is concluded that the emergence of RDA brought the expectation of convergence towards a single cataloging code that takes into account the specificities of rare books; and that Brazil lacks translations of rare book cataloging standards, as well as discussions on the subject.

Keywords: Rare books, Cataloging. RDA. DCRM.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/55659>

Recebido em: 03/11/2024

Aceito em: 09/05/2025



1 INTRODUÇÃO

A catalogação tem passado por profundas mudanças desde o seu surgimento. Nas últimas décadas, tem experimentado uma profunda renovação de seus conceitos e práticas, desencadeadas, fundamentalmente, pelas inovações tecnológicas na área da informação e da comunicação. O universo da informação registrada mudou e o Código de Catalogação Anglo-American, 2^a edição (*Anglo-American Cataloging Rules, 2nd edition – AACR2*) não atende mais a todas as necessidades impostas pelos diferentes tipos de ambientes, recursos, conteúdos, suportes e formas de acesso à informação. Da necessidade de uma profunda revisão das regras de catalogação, surgiu a proposta de um novo padrão, denominado *Resource Description & Access (RDA)*, lançado oficialmente em 2010 e, ainda, sem tradução para a língua portuguesa.

Com a iminente substituição do AACR2, normas baseadas neste código precisaram ser revistas a fim de acompanhar as mudanças do cenário catalográfico advindas do RDA. No contexto da Biblioteconomia de livros raros, o conjunto de manuais denominados *Descriptive Cataloging of Rare Materials (DCRM)*, também acompanhou esse processo e lançou, em 2022, o *DCRMR: Descriptive Cataloging of Rare Materials (RDA Edition)*.

O objetivo deste trabalho é conhecer a história da catalogação de livros raros e analisar o seu contexto atual a partir do surgimento do RDA, até o desenvolvimento do DCRMR.

Tendo em vista a escassa bibliografia em língua portuguesa sobre a temática em questão, acredita-se que este artigo poderá subsidiar novas investigações na área, incentivando o desenvolvimento de pesquisas e fomentando a ampla discussão sobre o assunto.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa documental e bibliográfica sobre as normas e a história da catalogação de livros raros, desde a publicação dos Princípios de Paris, na década de 1960, até o lançamento do DCRMR, em 2022, em decorrência do RDA.

Prodanov e Freitas (2013, p. 54), definem pesquisa bibliográfica como sendo aquela “[...] elaborada a partir de material já publicado”. Já a pesquisa

documental, segundo os autores, difere da pesquisa bibliográfica em relação à natureza das fontes:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55).

Nesse contexto, o estudo em questão apresenta dois momentos distintos: o primeiro momento, da construção do aporte teórico, elaborado a partir de revisão narrativa de literatura; e o segundo momento, de identificação da produção científica sobre o tema proposto, elaborado a partir de levantamento bibliográfico.

A revisão de literatura do tipo narrativa foi escolhida para a construção do aporte teórico tendo em vista que “Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação [...] Sua importância está na rápida atualização dos estudos sobre a temática” (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 85). As normas e diretrizes publicadas por reconhecidas instituições da área, tais como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations and Institutions – IFLA*), a American Library Association (ALA) e a Library of Congress (LC), foram o ponto de partida para a elaboração da revisão.

Para desvendar o que vem sendo discutido desde o surgimento do RDA e avaliar os impactos do novo código de catalogação na Biblioteconomia de livros raros, empreendeu-se um levantamento da produção científica sobre o tema, o qual foi realizado a partir de pesquisa em cinco bases de dados, a saber: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*¹, Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)², Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴ e *E-Prints in Library & Information Science (e-LIS)*⁵.

¹ Acesse o site: <https://www.scielo.org>.

² Acesse o site: <https://brapci.inf.br>.

³ Acesse o site: <https://bdtd.ibict.br>.

⁴ Acesse o site: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez40.periodicos.capes.gov.br>.

⁵ Acesse o site: <http://eprints.rclis.org>.



O levantamento bibliográfico foi realizado na metade do mês de abril de 2024, tendo como intenção de busca o tema “catalogação de livros raros e RDA”. Foi utilizada a opção de busca simples, contendo os seguintes termos de busca: *RDA rare book**; *RDA rare material**; *RDA DCRM*; *RDA livro* raro**; *RDA obra* rara**. Foram recuperados, ao todo, 46 documentos⁶, por meio de duas bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES e e-LIS. As bases SciELO, BRAPOCI e BDTD não trouxeram resultados (zero documentos recuperados).

A leitura seletiva dos documentos recuperados, realizada a partir dos títulos, resumos e palavras-chave permitiu localizar 10 documentos relevantes, os quais foram lidos na íntegra, sintetizados e serão apresentados na seção “Resultados e discussão”. O processo de seleção levou os seguintes aspectos em consideração para a exclusão: itens repetidos; documentos escritos em alfabeto não latino; documentos cujo conteúdo não tratava especificamente sobre o assunto pesquisado; e documentos cujos formatos fugiram da proposta deste levantamento⁷.

A seção seguinte apresenta revisão de literatura narrativa sobre o contexto histórico da catalogação de livros raros.

3 LIVROS RAROS E CATALOGAÇÃO

Um livro raro⁸ é um item excepcional dentro de uma coleção. Sua excepcionalidade pode advir de diferentes fatores, tais como antiguidade, proveniência, valor de mercado, materialidade, escassez, originalidade, entre outros aspectos que o tornam único em relação aos demais.

No âmbito da Biblioteconomia de livros raros, a catalogação dessa tipologia documental difere um pouco do restante dos materiais bibliográficos, tendo em vista que o objeto da descrição tem características que o tornam especial. Nesse sentido, alguns fatores podem servir de justificativa para a determinação de uma política de catalogação diferenciada para estes itens, como, por exemplo, a necessidade do registro de particularidades e especificidades inerentes a cada exemplar, tendo em vista a relevância dos

⁶ Número obtido após a exclusão de documentos em duplicidade.

⁷ O levantamento realizado no Portal de Periódicos CAPES recuperou dois editoriais, um posfácio e um tributo em homenagem, os quais foram excluídos da análise.

⁸ Neste trabalho será utilizada a expressão “livro raro” para designar toda espécie de documento raro (material gráfico, publicação seriada, material cartográfico, audiovisual etc.), de acordo com a acepção dada por Otlet (2018) para “livro”.

aspectos materiais do livro, e a necessidade de estabelecer padrões de segurança patrimonial aos itens raros.

Observa-se que as particularidades de cada exemplar devem ser registradas, uma vez que cada exemplar é único e “A determinação das características de um livro é indispensável para reconhecê-lo e identificá-lo” (Otlet, 2018, p. 62).

Livros raros são, em geral, objetos de estudo de pesquisadores, investigadores, historiadores, colecionadores, linguistas, artistas, entre outros especialistas que poderão estar interessados no conteúdo de que trata determinada obra, mas que, no entanto, muitas vezes estarão mais interessados na materialidade do livro raro, em especial do livro antigo.

O objetivo de um registro catalográfico de um livro raro é, então, descrever o volume e seu conteúdo da forma mais completa possível. Uma cópia individual de um livro raro pode ser única quanto à encadernação, anotações, erros de paginação, ilustrações, etc. Como todas essas especificidades podem ser de interesse para os pesquisadores, a catalogação de livros raros pode incluir muito mais detalhes do que um registro catalográfico “normal” (Wells, 2008, tradução nossa).

Nesse sentido, é importante registrar no catálogo todas as particularidades que tornam o exemplar único em relação a outros da mesma edição, uma vez que esse tipo de informação interessa ao pesquisador da história do livro.

E, ainda, por se tratarem de materiais muito valiosos sob o ponto de vista mercadológico ou patrimonial e por serem, em geral, materiais de difícil reposição em caso de extravio, o catálogo acaba de tornando um recurso de segurança e proteção aos exemplares descritos.

O controle e a identificação constituem, atualmente, recursos estratégicos para o desenvolvimento e a salvaguarda de uma coleção de livros raros, porque comprovam a propriedade e corroboram a posse, mediante personalização daqueles itens, associando-os a seus lugares de guarda e de memória (Pinheiro, 2012, p. 2).

Nessa perspectiva, em casos de roubo/furto e uma possível recuperação dos itens, os dados registrados no catálogo poderão ser utilizados para a comprovação de propriedade da instituição reclamante, já que certas particularidades são exclusivas de um exemplar específico.

Vale dizer que a catalogação de um livro raro envolve tanto a descrição bibliográfica do item em si, quanto a determinação dos seus pontos de acesso,



os quais poderão ser controlados ou não controlados, a critério da instituição catalogadora. Tais procedimentos são, ambos, realizados sob a orientação de normas e regras específicas para esse fim e contam com a valiosa colaboração de fontes de pesquisa especializadas disponíveis para a consulta do catalogador durante o processo.

Pinheiro (2012), defende que a catalogação de livros raros deve envolver tanto uma análise pautada na Bibliologia, quanto na Bibliografia. Na Bibliologia, ao seguir os seus princípios, os quais podem ser expressos em quatro premissas fundamentais: “[...] 1º dizer tudo sobre uma coisa; 2º dizer tudo de uma vez; 3º a verdade acerca de tudo; 4º da forma mais apropriada à compreensão” (Otlet, 2018, p. 12).

Assim, de maneira prática, quando o catalogador realiza o levantamento das características do exemplar que tem em mãos, tais como: informações sobre autor(es), título, data de publicação, impressor, local de publicação, paginação, presença de licenças e/ou privilégios, presença de ilustrações ao longo da obra, caracteres especiais, disposição do texto, marcas tipográficas, falhas na paginação, presença de anotações manuscritas, marcas de propriedade (assinaturas, carimbos, ex-líbris) etc., estará criando subsídios para a elaboração de uma descrição bibliográfica minuciosa e plena.

Através do exame do item, folha a folha, página por página, conferindo sua numeração, reclamos e assinaturas, perscrutando a página impressa ou gravada para ressaltar as características materiais que atribuem importância à edição e às marcas do tempo, personaliza-se o exemplar (Pinheiro, 2012, p. 4).

A análise sob o ponto de vista bibliográfico envolve a pesquisa bibliográfica, em geral sistematizada a partir de fontes e bibliografias especializadas (também conhecidas como repertórios bibliográficos), as quais fornecem informações sobre “[...] completude, história, raridade e importância” (Pinheiro, 2012, p. 6) de uma obra e/ou autor no contexto da história do livro; e a descrição bibliográfica em si, elaborada de acordo com normas e padrões de catalogação internacionalmente aceitos.

Ao longo da história, observa-se uma série de regramentos e orientações utilizados para a descrição bibliográfica de materiais de biblioteca, muitos de uso de instituições específicas (regras próprias). No entanto, a partir do século XIX, acontecimentos de destacada importância ocorrem na história da catalogação, propiciando o debate e o avanço na área. Surgem os primeiros

conjuntos de regras de catalogação nacionais, o que impulsiona ainda mais a discussão no século seguinte. A partir daí, são criados os primeiros códigos de catalogação, alguns dos quais chegam a ser utilizados no Brasil, como o *Cataloging rules: author and title entries* (de 1908), organizado pela ALA, comumente conhecido como Código da ALA, e as *Norme per il catalogo degli stampati* (Normas para o catálogo de impressos, de 1920), conhecidas como Código da Vaticana (Mey, 1995).

Em 1946, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), novos rumos são dados à catalogação, uma vez que a organização tem, dentre as suas funções e finalidades, a de disseminar o conhecimento pelas vias da cooperação internacional, o que acabou por dar origem ao projeto do Controle Bibliográfico Universal (CBU), um programa que se apoia em um conjunto de instrumentos que, ao serem postos em prática pelos países cooperantes, resultam na organização bibliográfica nacional de cada país, formando uma grande teia mundial de informações bibliográficas. Para a efetivação do funcionamento desse programa, é necessária, entre outras ações, a padronização da catalogação.

Em 1961, o primeiro evento voltado para a necessidade de normalização da catalogação em âmbito internacional foi promovido: a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris e promovida pela UNESCO e a IFLA. Dessa conferência, resultou a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, documento que ficou conhecido como Princípios de Paris, e que impactou as regras dos códigos de catalogação existentes e possibilitou a criação da primeira versão de um código de catalogação de abrangência internacional: o Código de Catalogação Anglo-Americano (*Anglo-American Cataloging Rules – AACR*), publicado conjuntamente pela ALA, Canadian Library Association e Library Association (Inglaterra), em 1967, o qual foi publicado no Brasil em 1969. Em 1978, publicouse a sua segunda edição, que ficou conhecida como AACR2 (no Brasil, esta surgiu em 1983, com a publicação do volume 1, e em 1985, com o volume 2). Em 2002, foi lançada uma revisão da 2ª edição do AACR, que deu origem à edição brasileira de 2004.



Em 1969, outro evento de significativa importância impactou os rumos da catalogação: a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague. Dessa reunião surgiu a ideia da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (*International Standard Bibliographic Description* – ISBD), a qual representou um pacto internacional rumo à padronização da catalogação. A primeira ISBD a ser publicada foi a ISBD(Monographs) (ISBD(M)), em 1971, seguida de uma série de versões especializadas de acordo com a tipologia documental, publicadas entre 1980 e 2000, incluindo uma versão aplicável a livros antigos: a ISBD(Antiquarian) (ISBD(A)), em 1980 (Silva, 2016; IFLA, [2024]).

Ainda, em meio à efervescência de acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 na área da catalogação, é necessário destacar a criação do *Machine Readable Cataloging* (MARC), um projeto desenvolvido inicialmente pela LC e logo em seguida partilhado por diversas instituições, cujo principal objetivo consistia em fornecer uma linguagem de máquina para a catalogação computadorizada, facilitando a cooperação e o intercâmbio de informações bibliográficas.

Em 1980, a partir de uma necessidade emergente da LC, foi editado pela instituição o *Bibliographic Description of Rare Books (BDRB): rules formulated under AACR2 and ISBD(A) for the descriptive cataloging of rare books and other special printed materials*, primeiro conjunto de regras de catalogação baseado em AACR2 e ISBD(A) voltado especificamente para a catalogação de livros raros.

Russell (2003), destaca que as bibliotecas sempre dispuseram de materiais raros em suas coleções, os quais podem ter sido descritos de uma forma diferente do restante,

No entanto, o movimento para criar uma catalogação padronizada, juntamente com o crescimento da bibliografia descritiva como um empreendimento acadêmico, foi necessário para o surgimento de verdadeiras regras de catalogação de livros raros (Russell, 2003, p. 493-494, tradução nossa).

Segundo a autora, o surgimento de regras específicas para a catalogação de livros raros se deve, em grande parte, ao incremento da Bibliografia no final do século XIX e a continuidade do seu desenvolvimento ao longo do século XX.

À medida que os estudiosos se tornaram cada vez mais interessados em pesquisar os atributos físicos dos livros, tornou-se desejável registrar mais destas informações nos registros catalográficos. Ao mesmo tempo, os bibliógrafos estavam desenvolvendo formas sofisticadas de comunicar informações sobre a estrutura física e a aparência dos livros que se infiltravam (e continuam a se infiltrar) nos registros de livros raros (Russell, 2003, p. 496, tradução nossa).

Durante a década de 1990, amplia-se a discussão em nível internacional sobre a necessidade de estabelecer um nível básico de funcionalidade para os registros bibliográficos em relação à variada gama de usuários e de mídias, bem como pela forte influência da catalogação informatizada, marcada pela crescente migração de catálogos analógicos para o formato eletrônico.

Em 1991, ocorre a primeira revisão do BDRB em razão da atualização do AACR2 e da ISBD(A). A publicação recebe novo título: *Descriptive Cataloging of Rare Books* (DCRB) e dessa vez passa a ser editada pela LC em parceria com a Rare Books and Manuscripts Section (RBMS) da Association of College and Research Libraries (ACRL, uma divisão da ALA).

Em 1998, um grupo de estudos composto por representantes da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação da IFLA, contando com a colaboração de consultores e voluntários de várias nacionalidades, desenvolveu os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (*Functional Requirements for Bibliographic Record* – FRBR), cujos princípios orientadores levariam em conta a diversidade de usuários, materiais (textuais, musicais, audiovisuais, etc.), suporte físico (papel, disco ótico, fita magnética, etc.) e formato dos recursos informacionais (livro, folheto, disco, etc.). Os FRBR surgiram com o objetivo de possibilitar à catalogação contemplar as mudanças tecnológicas que vinham (e vem, ainda) impactando o universo bibliográfico. Além disso, se propõem a simplificar a catalogação descritiva, proporcionar o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem catalogar todo e qualquer tipo de documento e fornecem a base conceitual do novo código de catalogação: o (RDA), cuja primeira versão foi publicada em 2010.

É justamente da necessidade de uma profunda atualização das regras do AACR2 que surge a ideia do estabelecimento do RDA, caracterizado por uma série de mudanças em relação ao padrão anterior. Num primeiro momento, observa-se a modificação no título do código, inclusive a remoção do termo “anglo-americano” (essa mudança aponta a intenção de tornar o novo código um padrão de aceitação internacional); outra grande mudança



no RDA em relação ao AACR2 é o foco, centrado no usuário e nas suas necessidades de informação, e não mais no item em si (Oliver, 2011).

A partir dos anos 2000, o DCRB passou por nova revisão que resultou na sua subdivisão em vários manuais, organizados de acordo com a tipologia dos documentos a serem representados. Os manuais receberam nova nomenclatura, passando a se chamar DCRM, com publicações separadas para livros, manuscritos, música, materiais seriados, gráficos e cartográficos.

Em 2011, houve uma unificação das ISBDs, culminando na publicação da ISBD Consolidada, alinhada ao modelo conceitual FRBR. Esta foi atualizada em 2021, a fim de abranger recursos não publicados, com foco nos manuscritos.

Em 2022, uma nova atualização dos manuais DCRM foi publicada: o DCRM: Descriptive Cataloging of Rare Materials (RDA Edition). Trata-se de uma revisão do conjunto de manuais DCRM, alinhado ao conjunto de elementos RDA.

Do surgimento da ISBD(A), em 1980, até os dias de hoje, iniciativas voltadas para a criação de um código de catalogação de livros raros passaram a ser desenvolvidas, inicialmente, pela LC, e depois por outras instituições parceiras interessadas. Uma síntese das principais diretrizes para a catalogação do livro raro organizadas a partir dos Princípios de Paris encontra-se organizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Diretrizes para a descrição bibliográfica de livros raros

Data de publicação	Título	Descrição
1967	Anglo-American Cataloging Rules - AACR	Conjunto de regras de catalogação publicado com o intuito de padronizar regras de descrição bibliográfica para todos os tipos de materiais. A primeira edição foi publicada em duas versões: inglesa e norte-americana. Resultado do trabalho da ALA, da LC, da Library Association (Inglaterra) e da Canadian Library Association. A segunda edição foi publicada em 1978.
1969	Código de Catalogação Anglo-Americano	Tradução do AACR (versão norte-americana) para português brasileiro, publicada pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). A segunda edição traduzida foi publicada em 1983 (v. 1) e 1985 (v. 2).
1971	International Standard Bibliographic Description (Monographs) – ISBD(M)	Padrão desenvolvido pela IFLA para a criação de descrições bibliográficas de materiais monográficos. Teve versões revisadas publicadas em 1974, 1978, 1987 e 2002.

1974	<i>International Standard Bibliographic Description (Monographs) – ISBD(M), First standard edition</i>	Primeira edição normalizada da ISBD(M).
1978	<i>International Standard Bibliographic Description (Monographs) – ISBD(M), First standard revised edition</i>	Primeira edição normalizada revisada da ISBD(M).
1978	<i>Anglo-American Cataloging Rules, 2nd edition – AACR2</i>	Segunda edição do AACR. Integrou as versões inglesa e norte-americana em uma só e incorporou a ISBD(M) nas regras de descrição. Passou por revisões em 1988 (AACR2R 1988), 1998 (AACR2R 1998) e 2002 (AACR2R 2002). Atualizações também foram publicadas em 2003, 2004 e 2005.
1980	<i>ISBD(A): International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)</i>	Conjunto de orientações para a descrição de livros antigos. Aprovado pelo Comitê Permanente da Seção de Catalogação de Livros Raros e Preciosos da IFLA. A segunda edição revisada foi publicada em 1991.
1981	<i>Bibliographic Description of Rare Books (BDRB): rules formulated under AACR2 and ISBD(A) for the descriptive cataloging of rare books and other special printed materials</i>	Conjunto de regras de catalogação de livros raros baseado em AACR2 e ISBD(A). Preparado pela LC para a catalogação de impressos antigos da própria instituição como um material suplementar ao AACR2. Novas edições foram publicadas em 1991, 2008 e 2011.
1983, 1985	Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição	Tradução da 2ª edição do AACR2 para português brasileiro, editada pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). O AACR2 teve a primeira versão lançada em 1983 (volume 1) e 1985 (volume 2), com uma atualização em 2004 da versão original AACR2R 2002.
1987	<i>International Standard Bibliographic Description (Monographs) – ISBD(M), Revised edition</i>	Edição revisada da ISBD(M).
1991	<i>ISBD(A): International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian), 2nd revised edition</i>	Segunda edição revisada da ISBD(A).
1991	<i>Descriptive Cataloging of Rare Books (DCRB), 2nd edition</i>	Revisão do BDRB em razão da atualização do AACR2 e da ISBD(A). Preparado pelo Bibliographic Standards Committee da Rare Books and Manuscripts Section (RBMS), pertencente à Association of College and Research Libraries (uma divisão da ALA) e LC.
1998	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records - FRBR</i>	Modelo conceitual para registros bibliográficos desenvolvido pela IFLA.
2002	<i>International Standard Bibliographic Description (Monographs) – ISBD(M), 2002 edition</i>	Edição revisada da ISBD(M).
2003	<i>Descriptive Cataloging of Ancient, Medieval, Renaissance, and Early Modern Manuscripts – AMREMM</i>	Escrito por Gregory A. Pass e publicado pelo RBMS Bibliographic Standards Committee. O documento é um suplemento ao AACR2 e



		incluir a criação de registros em formato MARC 21 Bibliográfico.
2008	<i>Descriptive Cataloging of Rare Materials (Serials) – DCRM(S)</i>	Conjunto de regras de catalogação de periódicos raros. Preparado pelo RBMS Bibliographic Standards Committee.
2008	<i>Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books) – DCRM(B), 2nd printing with corrections</i>	Segunda impressão com correções do DCRB.
2010	<i>Resource Description & Access - RDA</i>	Construído sobre os fundamentos estabelecidos pelo AACR2, o RDA é o seu substituto. Fornece um conjunto abrangente de diretrizes e instruções sobre descrição de recursos e acesso, abrangendo todos os tipos de conteúdo e mídia. Publicado pela ALA, Canadian Federation of Library Associations e Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP).
2011	<i>International Standard Bibliographic Description - ISBD, Consolidated Edition</i>	Versão consolidada das ISBD, desenvolvida pelo Study Group on Future Directions of the ISBDs, da IFLA. Atualizada em 2021.
2011	<i>Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books) – DCRM(B), 3rd printing with corrections</i>	Terceira impressão com correções do DCRB.
2013	<i>Descriptive Cataloging of Rare Material (Graphics) – DCRM(G)</i>	Conjunto de regras de catalogação de materiais gráficos raros (materiais gráficos incluem imagens estáticas de todos os tipos, como gravuras, desenhos, fotografias, cartazes, cartões postais, anúncios pictóricos, desenhos animados, histórias em quadrinhos, retratos, paisagens, ilustrações de livros, fotos digitais etc.) Preparado pelo RBMS Bibliographic Standards Committee.
2016	<i>Descriptive Cataloging of Rare Materials (Cartographic) – DCRM(C)</i>	Conjunto de regras de catalogação de materiais cartográficos raros. Preparado pelo RBMS Bibliographic Standards Committee.
2016	<i>Descriptive Cataloging of Rare Materials (Music) – DCRM(M)</i>	Conjunto de regras de catalogação de música manuscrita ou impressa. Preparado pelo RBMS Bibliographic Standards Committee.
2016	<i>Descriptive Cataloging of Rare Materials (Manuscripts) – DCRM(MSS)</i>	Conjunto de regras de catalogação de manuscritos. Preparado pelo RBMS Bibliographic Standards Committee.
2021	<i>International Standard Bibliographic Description - ISBD, 2021 Update to the 2011 Consolidated Edition</i>	Atualização da ISBD Consolidated Edition. Teve o seu conteúdo ampliado para abranger recursos não publicados, com foco nos manuscritos, entre outras adequações.
2022	<i>DCRMR: Descriptive Cataloging of Rare Materials (RDA Edition)</i>	É uma revisão do conjunto de manuais DCRM, alinhado ao conjunto de elementos RDA. Trata-se de um recurso integrador que deverá ser atualizado regularmente, especialmente à medida que são feitas atualizações no RDA.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A listagem apresentada traz as principais diretrizes de alcance internacional para a catalogação de livros raros publicadas a partir da

Conferência de Paris. No entanto, deve-se salientar que além destas, há outros manuais e obras, alguns de alcance restrito (local), que sugerem como deve ser catalogado o livro raro, tendo em vista que esse sempre foi um assunto de interesse de bibliotecas e profissionais da área.

Muitas regras gerais sobre descrição permaneceram mais ou menos constantes e serão familiares para qualquer pessoa com conhecimento dos códigos de catalogação e padrões atuais [...]. Antes da década de 1980, há ‘vários catálogos, manuais, tratados e códigos de catalogação que poderiam ser utilizados no todo ou em parte com sucesso no tratamento de livros raros’, bem como ‘regras nas quais pouca ou nenhuma atenção era dada a livros raros’ (como as regras da American Library Association de 1908, 1941 e 1949), estavam disponíveis, mas estes não eram aplicáveis às coleções inteiras da maioria das bibliotecas, resultando na proliferação de práticas locais. No entanto, vale a pena examinar tanto a literatura especializada que ficou aquém dos códigos descritivos completos e da visão geral dos códigos, que prestavam pouca atenção aos livros raros para compreender o desenvolvimento de práticas de catalogação de livros raros (Russell, 2003, p. 498, tradução nossa).

No que se refere ao Código de Catalogação (AACR/AACR2) e o conjunto de normas DCRB/DCRM(B), observa-se que a principal diferença entre um e outro reside no fato de que o primeiro foi criado para padronizar a descrição de livros modernos, enquanto o segundo foi projetado para descrever o livro impresso produzido de forma artesanal até 1801 (Stalker; Dooley, 1992; Russell, 2003).

Em relação às diferenças entre a ISBD(A) e o DCRB/DCRM(B), Pinheiro (2012, p. 2) destaca que “[...] enquanto o DCRB se ocupa de ‘raridades’, o ISBD(A) trata de ‘antiguidades’ – variáveis com significados e aplicações bem distintos [...]”. Percebe-se, ainda, que a ISBD(A) é um conjunto de orientações e não tem caráter normativo, diferentemente dos DCRM que buscam definir um padrão para a descrição.

A partir do levantamento histórico das principais diretrizes, verifica-se que há regras específicas para a catalogação de livros raros, complementares ao Código de Catalogação, no entanto tais normas nunca foram traduzidas para a língua portuguesa.

Observa-se, ainda, o esforço da RBMS em acompanhar as mudanças no código de catalogação, ao buscar alinhar as normas DCRM ao novo contexto que se apresenta na área da representação descritiva da informação, com catálogos informatizados que visam a satisfação do usuário por meio da oferta



de um produto simples, mas completo, de linguagem acessível e que proporcione uma recuperação da informação rápida e eficiente.

Para Welsh e Batley (2012), a mudança conceitual dos catálogos por meio da aplicação dos princípios dos FRBR, os quais foram incorporados ao RDA, especialmente no que se refere ao conceito de “obra”, expressa uma preocupação bastante antiga de vários pensadores da área da Biblioteconomia, que coloca o usuário e as suas necessidades como pontos primordiais da elaboração dos registros catalográficos.

[...] tais questões têm sido centrais para muita bibliografia enumerativa e analítica ao longo dos anos, com acadêmicos e bibliotecários de livros raros documentando não apenas edições, mas também impressões e estados dos primeiros livros impressos (Gaskell, 1995) e informações de proveniência no nível de cópia individual de materiais raros (Pearson, 1998) (Welsh; Batley, 2012, p. 7, tradução nossa).

Nesse sentido, vislumbra-se no RDA a possibilidade do estabelecimento de uma norma única que contemple a catalogação de recursos informacionais dos mais variados tipos, incluindo-se aí, também, os livros raros. Tal possibilidade já vinha sendo cogitada pela RBMS, o que pode ser observado a partir da publicação do documento intitulado *Reconsidering DCRM in the Light of RDA*, de autoria de John Attig e Robert Maxwell, em 2010; da criação da DCRM-RDA Task Force, em 2011; e da criação do DCRM(B) for RDA Revision Group, em 2012. O Grupo de Revisão recomendou, em 2014, a revisão e compatibilização dos manuais DCRM com o RDA (Association of College and Research Libraries, 2023).

A seção seguinte buscará, por meio da identificação da produção científica sobre o tema, mostrar de que forma o assunto vem sendo discutido pela comunidade científica e quais são as perspectivas de mudança na área da catalogação de livros raros.

4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CATALOGAÇÃO DE LIVROS RAROS E RDA

O levantamento bibliográfico realizado permitiu observar a escassa produção bibliográfica sobre o tema escolhido. Dos 46 textos recuperados em cinco diferentes bases de dados da área da Ciência da Informação, 35 são oriundos do Portal de Periódicos da CAPES e 11 são provenientes da base de dados e-LIS. Deste montante, mediante seleção realizada a partir da leitura dos

títulos, resumos e palavras-chave, 10 textos considerados relevantes foram identificados, os quais encontram-se detalhados no Quadro 2.

Quadro 2 – Documentos selecionados para análise a partir do levantamento bibliográfico sobre catalogação de livros raros e RDA

Item	Autoria	Título	Dados da publicação	DOI
1	Cory L. Nimer; J. Gordon Daines III	The development and application of U.S. Descriptive Standards for archives, historical manuscripts, and rare books	Cataloging & Classification Quarterly, Philadelphia, v. 51, n. 5, p. 532–549, 2013	https://doi.org/10.1080/01639374.2013.764373
2	Peter Sjökvist	Transcription in rare books cataloging	Cataloging & Classification Quarterly, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 377-383, 2016	https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1192079
3	Claudia Fabian	RDA as a new starting point for international cooperation: retrospective national bibliographies and medieval manuscripts	Cataloging & Classification Quarterly, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 338-349, 2016	https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1207120
4	Todd Fell; Francis Lapka	ISBD and DCRM into RDA: an opportunity for convergence?	Cataloging & Classification Quarterly, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 282-291, 2016	https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1190436
5	Antje Theise	Possibilities for standardized cataloging of prints: the collection of engravings at the Hamburg State and University Library	Cataloging & Classification Quarterly, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 359-376, 2016	https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1199076
6	Adelaida Caro Martín; Roberto Gómez Prada	RDA and rare materials at the National Library of Spain	Cataloging & Classification Quarterly, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 305-316, 2016	https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1192080
7	Timothy A. Thompson; Jennifer Baxmeyer; Joyce Bell; Peter Green	From notes to annotations: dedications as data in the Library of Jacques Derrida at Princeton University	Journal of Library Metadata, Philadelphia, v. 16, n. 3-4, p. 146-165, 2016	https://doi.org/10.1080/19386389.2016.1258908
8	Mary Burns	RDA and rare books cataloging, part 1	Library Resources & Technical Services, Chicago, v. 62,	https://doi.org/10.5860/lrts.62n4.160



			n. 4, p. 160-174, 2018	
9	Mary Burns	RDA and rare books cataloging, part 2	Library Resources & Technical Services, Chicago, v. 63, n. 1, p. 4-28, 2019	https://doi.org/10.5860/lrt.63n1.4
10	Kalan Knudson Davis; Jessica Grzegorski; Elizabeth Hobart; A. Tims	Developing an open and free cataloging standard for rare materials	Library Resources & Technical Services, Chicago, v. 67, n. 1, p. 26-36, 2023	https://doi.org/10.5860/lrt.67n1.26

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os documentos selecionados são todos artigos científicos, publicados originalmente em língua inglesa entre os anos de 2013 e 2023. Destaca-se, portanto, a inexistência de publicações, em língua portuguesa, sobre a temática “catalogação de livros raros” e “RDA”.

Os 10 (dez) artigos selecionados estão concentrados em três periódicos norte-americanos da área da Ciência da Informação: a) *Cataloging & Classification Quarterly*, editado pela empresa internacional Taylor & Francis Group (uma divisão do grupo britânico Informa); b) *Journal of Library Metadata*, também editado pelo Taylor & Francis Group; c) *Library Resources & Technical Services*, editado pela ALA.

Dos 10 (dez) artigos selecionados, 6 (seis) foram publicados no ano de 2016 e destes, 5 (cinco) saíram na revista *Cataloging & Classification Quarterly*, volume 54, números 5-6. Isso se deve ao fato de que naquele ano, a referida revista dedicou um fascículo inteiro à temática, elaborando o dossier *The present and future state of rare materials cataloging: an international perspective*, cujos artigos refletem as apresentações realizadas na conferência de Lisboa, em fevereiro do mesmo ano, intitulada *A common international standard for rare materials cataloguing? Why? And How?* (García-Monge; Green, 2016).

A seguir serão apresentadas as sínteses dos conteúdos de cada um dos artigos selecionados, para, logo depois, tecer considerações sobre as suas abordagens.

Nimer e Daines (2013), apresentam os padrões e normas utilizados nos Estados Unidos por bibliotecas e arquivos para o tratamento de livros raros, manuscritos e documentos. Para tanto, os autores examinam brevemente os

modelos subjacentes a esses padrões – no caso das bibliotecas, os modelos conceituais da família FR: Requisitos Funcionais para Dados Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD); e nos arquivos, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF)) e a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF). A seguir, contextualizam os padrões descritivos desenvolvidos nos Estados Unidos para orientar a descrição de arquivos, manuscritos e livros raros utilizados por Arquivistas e Bibliotecários e exemplificam a sua aplicação através do trabalho desenvolvido junto às coleções especiais da *Brigham Young University*, instituição na qual os autores atuam profissionalmente. Por fim, os autores concluem que há uma ampla variedade de padrões, o que permite criar registros bibliográficos completos, no entanto as decisões institucionais sobre a implementação de padrões catalográficos dependem das necessidades dos usuários, o que muitas vezes impacta na padronização dos registros.

Sjökvist (2016), aborda a experiência de catalogação de livros raros na Suécia e faz críticas aos padrões descritivos adotados no país, especialmente em relação à transcrição de informações do título de um item, pois, segundo o autor, estes incluem uma normalização que é enganosa, tanto para as bibliotecas quanto para os usuários. Após apresentar ideias sobre a transcrição de acordo com o RDA, o autor sugere a criação de campos específicos dentro de um registro bibliográfico, de forma que possam abranger duas transcrições distintas de título: um campo contendo uma transcrição que respeita o original (seguindo um dos princípios do RDA, que é *take what you see*, ou, em tradução livre para o português: “descreva o que você vê”), e outro campo contendo uma variante do título completamente normalizada de acordo com o padrão de catalogação adotado.

Fabian (2016), explora como a implementação do RDA pode oferecer oportunidades para repensar a descrição de materiais que compõem o patrimônio cultural, discutindo as suas necessidades e as contribuições que podem trazer ao novo código, dando especial atenção ao tratamento dispensado aos manuscritos medievais e às bibliografias nacionais, a partir dos quais são trazidos dois estudos de caso. A autora enfatiza, também, os cuidados



necessários na manutenção e atualização de dados digitais legados conforme o novo código de catalogação, especialmente quando se trata de catálogos especiais.

Fell e Lapka (2016), analisam o desenvolvimento das normas de catalogação, com ênfase na catalogação de livros raros, e destacam a adoção do RDA como um padrão internacional. Os autores apontam a necessidade de reavaliar o potencial para o estabelecimento de regras comuns de catalogação, independentemente de se tratar de coleção especial ou não, e observam que “Descrições de coleções gerais e coleções especiais estarão melhor integradas no catálogo quando estiverem enraizadas no mesmo padrão” (Fell; Lapka, 2016, p. 286, tradução nossa).

Theise (2016), aborda a adaptação do RDA para tornar o material gráfico especial acessível e utilizável, propondo um conjunto padronizado de elementos para facilitar o acesso a essas coleções. Para tanto, utiliza como exemplo a coleção de gravuras da Biblioteca Estadual de Hamburgo, cujos itens foram descritos, originalmente, a partir de um padrão alemão de descrição de imagens, denominado AAD Recommendations. Segundo a autora, este padrão vem sendo revisado para se alinhar ao RDA.

Caro Martín e Gómez Prada (2016), relatam o trabalho da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE) na implementação da RDA, destacando desafios e uma percepção geral de que o RDA não está completamente desenvolvido para materiais raros. Segundo os autores, a BNE começou a trabalhar com o RDA a partir da publicação da sua primeira versão de avaliação, em 2008, colaborando de forma construtiva na sua revisão e na tradução deste para a língua espanhola. Os autores destacam que a BNE constituiu um grupo de trabalho para realizar um estudo comparativo entre o RDA e as atuais regras de catalogação utilizadas para a catalogação de livros raros e manuscritos, a saber: Regras de Catalogação Espanholas e a ISBD(A); tendo concluído que algumas abordagens do RDA se adequam melhor a esse tipo de material do que a prática atual. Caro Martín e Gómez Prada (2016), mencionam, ainda, a revisão dos manuais DCRM conforme o RDA e concluem que poderá haver grandes mudanças caso estes se internacionalizem de fato e a BNE passe a adotá-los na catalogação de manuscritos e livros raros, tendo em vista que a BNE é o modelo seguido por muitas outras bibliotecas espanholas.

Thompson et al. (2016), descrevem os desafios atuais na descrição de materiais raros e o trabalho desenvolvido pela *Princeton University Library*, no âmbito do projeto *Linked Data for Production* (LD4P), para codificar dedicatórias manuscritas encontradas na coleção Jacques Derrida como *linked open data*. Para os autores, a descrição de anotações manuscritas nos registros catalográficos de livros raros não tem sido bem atendida pelos padrões de catalogação, uma vez que o atual sistema de registro por meio de notas em texto livre não permite modelar essas informações de forma estruturada, o que se aplica tanto ao AACR2 quanto ao RDA e o DCRM(B). A partir do trabalho realizado, os autores apresentam um exemplo de descrição estruturada conforme as especificações do *Web Annotation Data Model* e sugerem a continuidade dos estudos e a realização de um trabalho colaborativo para alcançar a melhora de processos de consulta e utilização dos catálogos.

Burns (2018, 2019), discute a transição da catalogação de materiais raros para o RDA, apresentando as opções oferecidas pelo RBMS *Bibliographic Standard Committee* e o processo de criação de registros de catálogo para livros raros sob diferentes padrões. Por meio de dois artigos contíguos, a autora apresenta um breve histórico das principais regras de catalogação de livros raros; na revisão de literatura, enfatiza a escassa bibliografia sobre o tema e apresenta os principais fatos decorrentes da publicação do RDA e o seu possível impacto na catalogação de livros raros; apresenta um comparativo entre os principais campos MARC 21 de um registro bibliográfico de um livro raro elaborado em RDA e DCRM(B). A autora conclui que a adoção do RDA pela LC, em 2013, impactou significativamente a catalogação de livros raros, pois quando o RBMS *Bibliographic Standard Committee* deu início à revisão dos DCRM, decidiu que seria necessário estabelecer uma única norma de catalogação de materiais raros aplicável a todos os formatos, o que culminou na proposição de uma política, prevista para se tornar parte do *RDA Toolkit*.

Além de estimular o desenvolvimento de um padrão consolidado de catalogação de materiais raros, o RDA desempenhou um papel importante no início de discussões sobre o desenvolvimento de um código internacional de catalogação de materiais raros. Uma indicação desta tendência é a recente criação do RSC Rare Materials Working Group. O grupo pretende expandir a cobertura de materiais raros no RDA e refinar o detalhe da descrição de materiais raros (Burns, 2019, p. 26, tradução nossa).



Davis *et al.* (2023), apresentam a DCRMR, discutindo seus princípios, desenvolvimento e manutenção pelo RBMS RDA Editorial Group, um grupo de voluntários formado, principalmente, por catalogadores de livros raros. Os autores apresentam uma revisão histórica do padrão, passando pelo BDRB, DCRB e DCRMs, até chegar na versão mais recente, alinhada ao RDA, e destacam a acessibilidade e abertura do padrão, uma vez que este está hospedado e foi construído com ferramentas gratuitas e de código aberto, como GitHub e Jekyll.

A partir da leitura e da sumarização dos artigos selecionados, percebe-se a importância do RDA como um marco na transição para um padrão mais atualizado e global de catalogação, e a preocupação em desenvolver um padrão único que abranja, de fato, todo e qualquer tipo de recurso informacional, haja vista os exemplos apresentados a partir de livros, manuscritos, imagens e marcas de proveniência.

Em síntese, os estudos revisados refletem um campo dinâmico e em evolução, onde a diversidade de abordagens e a colaboração internacional desempenham papéis fundamentais na busca por padrões mais eficazes e relevantes para a catalogação de livros raros. Ao abordar desde as críticas aos padrões estabelecidos até as propostas de adaptação e aprimoramento desses padrões, os artigos apresentam diferentes percepções sobre o tema, destacando a necessidade contínua de diálogo e inovação neste campo crucial do Patrimônio e da Ciência da Informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da catalogação de livros raros, desde o surgimento do AACR até o desenvolvimento do DCRMR, reflete não apenas as transformações tecnológicas na área da informação e da comunicação, mas também uma mudança paradigmática no modo como os objetos de informação são tratados e acessados. A publicação do RDA marcou uma transição significativa, ampliando o foco da descrição dos itens para as necessidades dos usuários, aperfeiçoando o papel dos catálogos como recursos de acesso à informação.

A partir da revisão temporal da evolução das normas de catalogação de livros raros e da observação das tendências atuais nesse contexto, é possível perceber uma crescente importância dessa área no âmbito da Ciência da

Informação. A disponibilidade de normas e padrões atualizados, como o RDA e o DCRM, aliada à colaboração entre instituições e profissionais da área, oferece uma base sólida para o desenvolvimento de pesquisas e práticas inovadoras.

O surgimento do RDA trouxe a expectativa de convergência para um único código de catalogação, o que se deve, até certo ponto, segundo García-Monge e Green (2016), à ampliação da adoção do RDA por diferentes países, especialmente na Europa e Estados Unidos, o que forçou os catalogadores de livros raros a considerar a necessidade de adaptar ou mesmo de fundir os DCRLMs com o novo padrão.

No entanto, ao analisar o contexto brasileiro, percebe-se carência de discussões sobre o tema, assim como a ausência de traduções de normas, como a extinta ISBD(A), a “família” DCRM e o RDA.

No decorrer desta pesquisa surgiram diversos questionamentos, tais como: a) que padrões de catalogação estão sendo utilizados no país para a descrição de livros raros?; b) Como estas normas estão sendo utilizadas pelas instituições: individualmente, ou de forma combinada?; c) Há alguma perspectiva de mudança na catalogação de livros raros em nosso país com a publicação do RDA?; d) Quais são as percepções dos catalogadores brasileiros de livros raros sobre o assunto em questão?

A partir da revisão empreendida, observa-se a inexistência de publicações nacionais que versem sobre o binômio "livros raros" e "RDA". Da mesma forma, percebe-se, também, a escassez de pesquisas sobre o uso de normas específicas de catalogação de livros raros.

Nesse sentido, planeja-se a continuidade de estudos que possam vir a elucidar essas e outras questões relacionadas à catalogação de livros raros, aprofundando a discussão sobre o tema e ampliando o escopo da pesquisa aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. Rare Books and Manuscripts Section. **DCRM**: Descriptive Cataloging of Rare Materials (RDA Edition). Chicago: RBMS, 2023. Disponível em: <https://rbms.info/dcrm/dcrmr>. Acesso em: 18 abr. 2024.



BURNS, Mary. RDA and rare books cataloging, part 1. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 62, n. 4, p. 160-174, 2018. DOI <https://doi.org/10.5860/lrts.62n4.160>.

BURNS, Mary. RDA and rare books cataloging, part 2. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 63, n. 1, p. 4-28, 2019. DOI <https://doi.org/10.5860/lrts.63n1.4>.

CARO MARTÍN, Adelaida; GÓMEZ PRADA, Roberto. RDA and rare materials at the National Library of Spain. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 305-316, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1192080>.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/psicologiamrevista/article/view/12005/18070>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DAVIS, Kalan Knudson; GRZEGORSKI, Jessica; HOBART, Elizabeth; TIMS, A. Developing an open and free cataloging standard for rare materials. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 67, n. 1, p. 26-36, 2023. DOI <https://doi.org/10.5860/lrts.67n1.26>.

FABIAN, Claudia. RDA as a new starting point for international cooperation: retrospective national bibliographies and medieval manuscripts. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 338-349, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1207120>.

FELL, Todd; LAPKA, Francis. ISBD and DCRM into RDA: an opportunity for convergence? **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 282-291, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1190436>.

GARCÍA-MONGE, Isabel; GREEN, Daryl. Introduction. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 277-281, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1209799>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS [IFLA]. **About the ISBD**. The Hague: IFLA, [2024]. (ISBD Review Group). Disponível em: <https://www.ifla.org/g/isbd-rq/international-standard-bibliographic-description>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

NIMER, Cory L.; DAINES III, J. Gordon. The development and application of U.S. Descriptive Standards for archives, historical manuscripts, and rare books. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 51, n. 5, p. 532–549, 2013. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2013.764373>.



OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília (DF): Briquet de Lemos Livros, 2011.

OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Brasília (DF): Briquet de Lemos Livros, 2018. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003043331.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PINHEIRO, Ana Virginia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 2., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/109278012/Catalogacao-de-livros-raros-proposta-de-metodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusao-recuperacao-e-salvaguarda>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RUSSELL, Beth M. Description and access in rare books cataloging: a historical survey. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 35, n. 3-4, p. 491-523, 2003. DOI http://dx.doi.org/10.1300/J104v35n03_10.

SILVA, José Fernando Modesto da. A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução. In: SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos (org.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**. São Paulo: ECA : CBD – USP, 2016. p. 151-165. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/10dd7a9e-a4c5-424c-856f-b37ada791a74/002746699.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SJÖKVIST, Peter. Transcription in rare books cataloging. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 377-383, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1192079>.

STALKER, Laura; DOOLEY, Jackie M. Descriptive cataloging of rare books. **Rare Books & Manuscripts Librarianship**, Chicago, v. 7, n. 1, p. 7-25, 1992. DOI <https://doi.org/10.5860/rbml.7.1.75>.

THEISE, Antje. Possibilities for standardized cataloging of prints: the collection of engravings at the Hamburg State and University Library. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 54, n. 5-6, p. 359-376, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1199076>.



THOMPSON, Timothy A.; BAXMEYER, Jennifer; BELL, Joyce; GREEN, Peter. From notes to annotations: dedications as data in the Library of Jacques Derrida at Princeton University. **Journal of Library Metadata**, Philadelphia, v. 16, n. 3-4, p. 146-165, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/19386389.2016.1258908>.

WELLS, Kathleen L. Special collections cataloging: rare books. **The Primary Source**, Jackson, v. 27, n. 2, 2008. Disponível em:
<https://aquila.usm.edu/theprimarysource/vol27/iss2/2>.

WELSH, Anne; BATLEY, Sue. **Practical cataloguing**: AACR, RDA and MACR 21. London: Facet Publishing, 2012.